

GOVERNOS DO PT: UMA BREVE ANÁLISE DO NOVO- DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

Jéssica Maria de Souza Mélo¹

Cláudia Maria Costa Gomes²

Maria da Conceição da Silva Cruz³

RESUMO: Este artigo é parte de um projeto de pesquisa desenvolvido junto a Pós-Graduação de Serviço Social, da Universidade Federal da Paraíba, orientado pela professora Cláudia Gomes. O projeto procura dar continuidade aos estudos já iniciados sobre a temática do novo-desenvolvimentismo, que se iniciaram ainda na graduação com a Iniciação Científica. O trabalho ora apresentado visa colocar em foco o estudo analítico do que seria o atual processo de desenvolvimento colocado em prática pelos governos do Partido dos Trabalhadores a frente do Estado brasileiro, denominado de novo-desenvolvimentismo.

PALAVRAS-CHAVE: Partido dos Trabalhadores; Nacional Desenvolvimentismo; Novo-desenvolvimentismo.

O Partido dos Trabalhadores assumiu o governo no Brasil nos últimos 12 anos, e estará à frente do Brasil, provavelmente, até 2018. Ao lançar um olhar sobre a realidade, nos deparamos com números que nos levam a pensar que vivemos uma época de melhorias, tanto no campo econômico, como no campo social.

Ao nos reportarmos a economia, podemos observar que no ranking mundial de economias calculado pelo Banco Mundial, o Brasil passou da 12^a posição no ano de 2002, no último governo Fernando Henrique Cardoso, para a colocação de 7^a melhor economia do mundo no ano de 2014, sendo que no primeiro ano de mandato do presidente Lula (2003), o país chegou a ocupar o 15^o lugar nesse ranking. Segundo o relatório do Ministério dos Recursos Exteriores publicado em fevereiro de 2014, as exportações brasileiras aumentaram de 3,98 bilhões em 2002, para 16,03 bilhões em 2014.

O quadro socioeconômico também apresentava melhoras. De acordo com o Censo 2010 (IBGE), a diferença de renda entre os mais ricos e os mais pobres diminuiu em média 11,5% e a mudança pôde ser constatada em todos os estados da federação. No que diz respeito ao salário mínimo, valor que serve como base de pagamento para a maioria dos trabalhadores, podemos observar que houve um aumento real durante todos os anos de governos do PT.

¹ Estudante do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

² Professora Doutora Titular no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

³ Estudante do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

Num comparativo de 1995 a 2014, constatamos que foi durante os governos Lula (2003-2010), que o salário mínimo apresentou seu maior ganho real (98,32%), tendo apresentado sua maior taxa no ano de 2006 (13,52%).

Num comparativo com os governos Lula (2003-2010), a presidente Dilma (2011-2014) manteve o crescimento do ganho real do salário mínimo, mesmo apresentando taxas mais baixas e um ganho real de apenas 15,44% nos últimos quatro anos de governo.

Ao nos reportamos às políticas sociais, é possível perceber que os maiores investimentos se concentram nos pagamentos dos Programas de Transferência de Renda, tendo como principais representantes o Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O Programa Bolsa Família é direcionado para famílias que apresentam renda mensal de até um quarto de salário mínimo *per capita* (R\$197,00), já o Benefício de Prestação Continuada – BPC é destinado a idosos que não contribuíram para a previdência social e pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho.

Segundo o IPEA (2012), os gastos sociais nos últimos 16 anos, cresceram 172%, passando de R\$ 234 bilhões para R\$ 638,5 bilhões, o que nos leva a crer que as políticas sociais estão de fato recebendo um maior investimento. A política da assistência, pela primeira vez ultrapassou os investimentos de menos de 1% do PIB, chegando, no ano de 2010, a absorver a cota de 1,07% do PIB.

De acordo com os dados do governo federal, em 2013 o Programa Bolsa Família contemplava 13,8 milhões de famílias, beneficiando cerca de 50 milhões de pessoas, sendo o responsável pela retirada de 36 milhões de brasileiros da pobreza extrema. O Benefício de Prestação Continuada, em 2008 beneficiou quase 3 milhões de pessoas, contando com o investimento de quase 14 bilhões de reais. O alto orçamento se dá pelo fato do BPC ser o benefício de mais alto valor pago pelo Governo Federal, equivalente a um salário mínimo.

Em se tratando das melhorias conquistadas nos governos do PT, somam-se aos Programas de Transferência de Renda o acesso ao crédito consignado, à ampliação do ensino superior e o crescente consumo de bens duráveis. Outro acontecimento que marca a era Lula é o alto índice de mobilidade social, que ocasionou um aumento da chamada classe C, ou classe média. De acordo com a FGV (2009), em 2008 53,8% dos brasileiros se encontravam na classe C, recebendo mensalmente entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591.

Ao analisar a realidade brasileira, que apresenta verdadeiras melhorias, alguns autores como Emir Sader e Bresser Pereira chegam a afirmar que estaríamos vivendo num Brasil pós-neoliberal, com um governo que prioriza o campo das políticas sociais e coloca em

prática um novo projeto de desenvolvimento, denominado novo-desenvolvimentismo. Segundo Bresser Pereira, em alguns países da América Latina, em especial no Brasil, a partir dos anos 2000 começou a se traçar uma nova estratégia de desenvolvimento, que se apresenta como uma superação tanto da ortodoxia neoliberal, como do antigo Nacional Desenvolvimentismo. O autor afirma que no Brasil,

Começou a se delinear uma nova estratégia nacional de desenvolvimento alternativa ao antigo nacional-desenvolvimentismo e ao Consenso de Washington que vem sendo chamada de novo desenvolvimentismo. As novas ideias refletiam, de um lado, o fracasso das reformas neoliberais em promover o desenvolvimento e em reduzir a desigualdade, e, de outro, o caráter superado do velho desenvolvimentismo porque muitos dos países em desenvolvimento estavam agora em um estágio mais avançado de desenvolvimento (PEREIRA, 2011, p. 2).

Ao analisar as principais diferenças entre o antigo Nacional Desenvolvimentismo e o Novo-desenvolvimentismo, Bresser é categórico ao demonstrar que o novo modelo é delineado não para um país pobre, mas um país de renda média. Desta forma, destaca as principais diferenças econômicas entre os dois modelos.

A primeira diferença – de uma industrialização substitutiva de importações para uma *industrialização orientada para as exportações* – reflete bem esse fato. O novo desenvolvimentismo defende o modelo exportador e considera o modelo substituidor de importações superado. [...] Enquanto que no nacional-desenvolvimentismo o Estado tinha como tarefa completar a acumulação primitiva de capital e promover a revolução industrial, no novo desenvolvimentismo o *papel do Estado* diminui e o do mercado aumenta. [...] Na mesma linha, para o velho desenvolvimentismo a política industrial era central; no novo desenvolvimentismo ela continua importante, mas é estratégica, devendo se voltar para setores específicos e para empresas com capacidade de competição internacional. O novo desenvolvimentismo *não é protecionista*, apenas enfatiza a necessidade de uma taxa de câmbio competitiva e a identifica com a taxa de câmbio de equilíbrio industrial (PEREIRA, 2011, p 17-18).

João Sicsú, professor do Instituto de Economia da UFRJ, também defende a ideia de que o Brasil estaria em uma nova fase de desenvolvimento, iniciada nos governos do PT e responsável por compor um modo de governar que atrela desenvolvimento econômico e equidade social, ampliando e melhorando a industrialização do país e o uso de novas tecnologias, sem deixar de investir no campo das políticas sociais. Sicsú, Paula e Michel, apontam que o novo-desenvolvimentismo pode compor

[...] uma alternativa de política de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico com equidade social, buscando estimular o debate em torno da constituição de um programa alternativo ao projeto neoliberal (2007, p. 508).

Ainda entre os autores que apontam os governos do PT com um direcionamento a realização de medidas anti-neoliberais, encontramos André Singer (2012) que faz uma análise

dos dois governos do presidente Lula como um reformismo fraco, que apesar de lento e gradual, fez grandes mudanças no quadro sócio econômico brasileiro. O autor argumenta:

Uma decorrência de combater a pobreza e os desequilíbrios regionais, além de ativar o mercado interno onde ele estava mais deprimido, é reduzir a tremenda desigualdade brasileira. A opção de Lula pelos mais pobres revelaria não ser correta a avaliação que vê um “caráter completamente neoliberal do seu governo”, pois uma das características do neoliberalismo é favorecer o aumento da desigualdade (Ibdem, p. 180-181).

Há ainda estudiosos que defendem que os governos do PT dirigem o país a partir de uma política híbrida, iniciada no segundo mandato de Lula, caracterizada por não abandonar as soluções neoliberais para a economia, ao mesmo tempo em que investe em políticas sociais que atingem maciçamente a população mais pobre. Saad-Filho e Morais (2011) indicam que apesar dos resultados positivos, não podemos classificar os governos PT como pós-neoliberal.

Apesar dos bons resultados atingidos em termos de crescimento econômico e distribuição de renda, e da melhora do posicionamento do Brasil no sistema capitalista internacional, a inflexão ocorrida a partir de 2006 definiu uma política que pode ser denominada mais apropriadamente como “híbrida”, associando políticas macroeconômicas visando a estabilidade monetária e presumindo, implicitamente, o equilíbrio espontâneo dos mercados, com políticas objetivando a aceleração do desenvolvimento e a equidade social mediante um destacado ativismo estatal (Ibdem, p. 521).

Diante de tantas reflexões acerca da política que rege a contemporânea conjuntura brasileira, destacamos ainda os estudos de Rodrigo Castelo (2013), o qual afirma que durante os governos do PT, o Brasil optou pelo social-liberalismo no plano da estrutura econômica e social.

A problemática central do social-liberalismo – preservar a primazia da lógica do mercado como mecanismo de alocação dos recursos e conjugá-la com um nível de regulamentação estatal, evitando a agudização de certas expressões da “questão social” e as revoltas populares – é uma expressão teórica adequada aos interesses materiais da burguesia rentista, pois, ao mesmo tempo em que defende a acumulação capitalista na sua face financeirizada, propõe soluções para seus efeitos mais deletérios, tendo em vista a coesão social e a manutenção da ordem burguesa. (CASTELO, 2013, p.258).

Esse modelo lança a proposta de harmonização entre os preceitos liberais e da esquerda tradicional, com o objetivo de não haver nem radicalização, nem mudanças estruturais. As modificações não atingiriam a estrutura basilar do Modo de Produção Capitalista, ou sequer algum dos pilares neoliberais, as alterações ocorreriam dentro dos limites do capital, sem objetivar acabar com a exploração do trabalhador pelo capital, ao contrário, lançam mão de intervenções mínimas do Estado em situações onde há intensas

expressões da questão social. Nesse sentido, as ações do Estado estariam atreladas ao objetivo de legitimação e manutenção da hegemonia burguesa. Nas palavras do autor:

No social liberalismo, é recorrente o argumento de que seria possível reformar o capitalismo e transformá-lo em um sistema econômico que combinaria harmoniosamente eficiência e equidade, rejeitando-se a tese neoclássica mais convencional de que haveria um trade-off entre mercado e justiça social. Giddens, por exemplo, fala em um capitalismo responsável; outros falam em um capitalismo humanizado, ou de uma globalização com face humana. Toda a ênfase deste discurso está fundada nos adjetivos acoplados ao capitalismo, substantivo que não sofre uma crítica a respeito dos seus mecanismos intrínsecos de produção e reprodução em larga escala das desigualdades sociais e econômicas. Sobre o essencial, pouco ou nada se fala a respeito, até porque resiste no núcleo central do social-liberalismo a ideia de que o problema principal não é o capitalismo, mas a forma como ele tem sido gerido nos últimos 30 anos (2013, p.261).

No debate sobre o capitalismo latino-americano, verifica-se uma série de concepções sobre os modelos de desenvolvimento implantados na região, que tem no par conceitual desenvolvimento/subdesenvolvimento, as mais importantes teses defendidas ao longo do século XX, as quais ressaltam diferentes posturas teórico-metodológicas (GOMES, 2011).

Ao tratar da definição de desenvolvimento, Celso Furtado (2009) aponta que o conceito sempre esteve atrelado a descoberta de novas capacidades inventivas, de novas tecnologias, de novos valores, e ainda com a descoberta das habilidades de o próprio homem melhorar a si mesmo e ao universo em que se encontra. No Modo de Produção Capitalista, o termo está intimamente atrelado à criação de excedente, assim, o desenvolvimento das capacidades individuais e sociais é canalizado para cumprir o objetivo da acumulação. Diz o autor:

Nada é mais característico da civilização industrial do que a canalização da capacidade da criação inventiva para a capacidade tecnológica, ou seja, para abrir caminho ao processo de acumulação, o que explica sua formidável força expansiva. E também explica que, no estudo do desenvolvimento, o ponto focal haja sido a lógica da acumulação (FURTADO, 2009, p.37).

O autor afirma que em discordância a esse conceito surge a teoria do subdesenvolvimento que objetivava explicar os limites e riscos da teoria desenvolvimentista, demonstrando como o desenvolvimento de uns países depende do subdesenvolvimento de outros, e como as inovações tecnológicas e avanços na indústria não significavam distribuição de riqueza ou mesmo a diminuição do fosso que separa os países de capitalismo central dos países de capitalismo periférico. Essa teoria deixava claro como o foco na industrialização e modernização, aumentava o descompasso que existia entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.

Nesse sentido e diante da constatação daquelas diferenciações, foram criados alguns modelos de projeto de desenvolvimento que teriam como objetivo tornar os países periféricos independentes dos países de capitalismo central.

Na América Latina, região considerada pela ONU como a mais desigual do mundo, foi criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 1948, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, que tem como missão “[...] promover o crescimento econômico regional e sub-regional mediante o desenvolvimento de estudos, promoção de conferências intergovernamentais e assessoria técnica aos governos” (Enciclopédia Contemporânea Da América Latina e do Caribe, (2007, p. 268).

Segundo Marini,

A maioria das nações do globo, muitas delas emergindo à vida independente, toma consciência do abismo que as separa de um grupo de países que concentram a riqueza material e o conhecimento técnico-científico. As tensões que isso provoca nas relações internacionais levam a que organismo encarregado de discipliná-las – a organização das Nações Unidas – encoraje a elaboração de teorias destinadas a explicar e justificar essas disparidades (2005, p.222).

Com o objetivo de orientar os países e governos para o desenvolvimento, a instituição elaborou manuais técnicos que ofereciam suporte as nações que quisessem aderir as suas propostas de desenvolvimento. O material confeccionado foi distribuído entre o final de 1940 e início de 1950 por toda a região, e acompanhado através do preenchimento de fichas e construção de relatórios. A partir destas experiências, a CEPAL produziu inúmeros artigos que apontam, de maneira mais específica, a melhor forma de se governar para que a transição do subdesenvolvimento ao desenvolvimento acontecesse.

É possível inferir que a CEPAL aponta uma saída ao subdesenvolvimento dentro do modo de produção capitalista, mostrando-se contrária as ideias socialistas que propunham uma superação do Modo de Produção Capitalista.

O principal objetivo da teoria abordada pela CEPAL era demonstrar que a partir do desenvolvimento econômico e industrial, todas as outras áreas (social, política, cultural) teriam uma ampliação e melhoria. Assim, o principal foco da instituição foi disseminar o projeto desenvolvimentista plasmado na realidade dos países de capitalismo central, apontado, a partir desse conhecimento, as ações e alianças que deveriam ser realizadas para a superação do subdesenvolvimento.

A teoria do desenvolvimento conseguiu realizar um consórcio parcial entre o proletariado e a burguesia, tornando sua ideologia respeitada e aceita por alguns países da América Latina. No entanto, a proposta de projeto desenvolvimentista não levava em

consideração as extraordinárias diferenças sociais e econômicas entre os países da América Latina e os de capitalismo central, não revelava que muito da riqueza produzida nos países do Sul era devorada pelos nortistas. Segundo Fernandes,

O fardo da acumulação de capital é carregado pelos países latino-americanos, mas seus efeitos multiplicadores mais importantes são absorvidos pelas economias centrais, que funcionam como centros dinâmicos de apropriação das maiores quotas do excedente econômico gerado (1981, p. 30).

Ao que segue afirmando:

Os setores sociais dominantes e as elites no poder dos países latino-americanos, assim como a superpotência capitalista externa e as nações hegemônicas associadas, defendem a esperança de que é possível “reproduzir a história”. Há uma convicção especialmente forte segundo a qual o novo padrão de dominação imperialista pode ser adaptado ao “desenvolvimento com segurança”, para ambas as partes (Ibidem, idem, p. 37).

Portanto, tratava da solução para que a região mais desigual do mundo se equiparasse aos países desenvolvidos, mas sem examinar, em sua essência, as disparidades gritantes entre as nações. Desta forma, era afirmado que os investimentos do Estado e do mercado deveriam ser focados na industrialização e no crescimento econômico. Segundo Marini, “[...] se a política econômica era o instrumento, o objeto essencial ao qual ela deveria aspirar para superar o subdesenvolvimento era, para a CEPAL, a industrialização” (2010, p. 110).

Desta forma, o nacional desenvolvimentismo abriu caminhos para que indústrias multinacionais entrassem no país, permitindo a importação de novas tecnologias, ampliando o número de fábricas e postos de trabalho. O nacional desenvolvimentismo buscava a modernização de todo o aparato industrial e tecnológico com o objetivo da retirada dos países da categoria de subdesenvolvimento.

Durante o Nacional desenvolvimentismo, no Brasil houve o aumento das exportações e do *PIB*, segundo o IBGE (1980), no período de 1968 a 1973 o crescimento econômico teve média de 11% ao ano. Este acontecimento ficou conhecido também como milagre econômico. Apesar de todas essas “vantagens”, o Brasil teve um aumento na pobreza e na concentração de renda. A população tinha seus direitos civis e sociais negados, e a repressão existia em todas as formas, tornando evidente o poder da autocracia burguesa.

Em 1960 a Teoria do Desenvolvimento elaborada pela CEPAL, perde prestígio, pois a industrialização não diminuiu a dependência nem o subdesenvolvimento, só os fizeram mudar de características, de aparência. Segundo Aníbal Pinto, “[...] o subdesenvolvimento era

um processo que dava mostras de perpetuar-se, apesar do crescimento econômico” (Pinto apud Bielschowsky, 1998, p.1). Rui Mauro aponta que:

Reinando absoluta nos anos de 1950, a teoria desenvolvimentista da Cepal foi posta em xeque quando, em princípios dos anos 1960 e após um grande esforço de industrialização, os países latino-americanos mergulharam em uma grave crise econômica, que não tardou em dar lugar a perturbações políticas. Foi nesse contexto que surgiram as ditaduras militares que se davam como objetivo resolver os problemas econômicos à custa das liberdades políticas. E foi também quando insistimos sobretudo nos problemas financeiros e tecnológicos criados pela desnacionalização de nossas economias, se constituiu a teoria da dependência (MARINI, 2005, p.222).

O desenvolvimento dependente não conseguiu colocar os países da América Latina na posição de Estados desenvolvidos. Até hoje, estudiosos apontam soluções para que o desenvolvimento atinja a região.

Numa análise mais contemporânea sobre modelo de desenvolvimento, Gonçalves aponta que desde 1995 o Brasil estaria vivenciando um Modelo Liberal Periférico (MLP) caracterizado por seguir os preceitos neoliberais, com as peculiaridades que condizem a um país de economia periférica, capaz de realizar apenas mudanças pontuais no que condiz ao campo social, afirmando que “[...] o MLP tem três características marcantes: liberalismo econômico; vulnerabilidade externa estrutural; e dominância financeira” (Ibid.,2013, p. 57). O autor ainda destaca que apesar do liberalismo econômico imperar nas ações dos governos, ainda há a presença de medidas de intervenção estatal, mas que não abandonam a liberalização, desregulamentação e privatização; medidas visivelmente neoliberais.

Assim, ao apontar as características do Modelo Liberal Periférico (MLP), Gonçalves desfaz ponto a ponto, a tese de que o Brasil estaria vivendo o momento do novo-desenvolvimentismo com modelo econômico pós-neoliberal. Ao contrário, afirma que em um comparativo com o que foi vivenciado nas décadas de 1950 e 1960, a fase atual seria melhor classificada como um Nacional Desenvolvimentismo às avessas.

[...] a análise de questões econômicas estruturais durante o Governo Lula conclui que não houve “grandes transformações”, “reversão de tendências estruturais” e políticas desenvolvimentistas”. De fato, os eixos estruturantes do Nacional-Desenvolvimentismo foram invertidos. O que se constata é: desindustrialização; dessubstituição de importações; reprimarização das exportações, maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural na esfera financeira; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação (GONÇALVES, 2013, p. 169).

Ainda como forte argumento para derrubar a tese do Novo-desenvolvimentismo, Gonçalves faz uma comparação entre as taxas de desenvolvimento industrial e econômico

entre os anos de 1930-1979 com os anos 1995 até os dias atuais. Tais dados exemplificam e demonstram como as taxas de crescimento e industrialização são ínfimas no momento atual, quando comparamos ao Nacional Desenvolvimentismo, que é classificado pelo autor como a época áurea do Brasil, que apresentou as mais altas taxas de crescimento do PIB, grandes investimentos em industrialização e ótimo desempenho econômico, além de ter possibilitado ao país uma menor dependência em relação à exportação de *commodities*⁴.

Tomemos como exemplo a taxa de crescimento médio anual do PIB real: na Era Desenvolvimentista (1940-1970) essa taxa foi de 6,5%, já no MLP (1995-2010) essa taxa é de 3,2% (cálculo até o ano de 2010), ficando abaixo inclusive da média do período republicano (1889-1930) calculado pelo autor que é de 4,5%. Se comparamos ao crescimento do PIB contabilizado em 2014, que não chegou a 1,2% percebemos que o Brasil não está conseguindo sequer retomar o crescimento nas mesmas cifras dos primeiros anos dos governos do PT.

Outro episódio bastante explorado pelo autor é o fato de estar ocorrendo uma reprimarização da economia, onde a maior parte das exportações brasileiras são de produtos primários como minério de ferro, petróleo, soja, açúcar, café e carne. Para ele,

A participação dos produtos manufaturados no valor das exportações (média móvel de quatro anos) mostrou clara e forte tendência de queda (56,8% em 2002, e 45,6% em 2010). Por outro lado, houve tendência igualmente clara e forte de aumento da participação dos produtos básicos (25,5% em 2002, para 38,5% em 2010). A reprimarização foi determinada, em boa medida, pelo *boom* de preços das *commodities* na maior parte do período em análise (GONÇALVES, 2013, p. 92).

Seguindo esses argumentos, podemos assinalar que as melhores taxas de crescimento atingidas nos governos do PT se devem exatamente pelo *boom* dos preços das *commodities* e pelo intenso comércio estabelecido entre o Brasil e a China, bem como pela sua retomada de crescimento estabelecida na economia mundial, postulando uma realidade internacional propícia para o crescimento. Corroborando com essa avaliação, diz André Singer,

Depois de um período de turbulência, pontuado pela crise asiática em 1997, a russa em 1998, a brasileira em 1999 e a argentina em 2001, a economia mundial voltou ao ritmo de crescimento dos “exuberantes anos 1990” entre 2003 e 2007. A expansão econômica mundial pulou de 2,8% em 2002 para 5,1% em 2006. Além do “vento a favor” representado pelo crescimento mundial, houve o *boom* dos preços das *commodities*, que não acontecia havia vinte anos. De acordo com Gilberto Libânio,

⁴ *Commodities* são artigos de comércio, bens que não sofrem processos de alteração (ou que são pouco diferenciados), como frutas, legumes, cereais e alguns metais. Como seguem um determinado padrão, o preço das *commodities* é negociado na Bolsa de Valores Internacionais, e depende de algumas circunstâncias do mercado, como a oferta e demanda. Disponível em: <http://www.significados.com.br/>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

utilizando dados da Unctad de 2007, as *commodities* tiveram valorização média de 89% no período 2002-06 (2012, p. 175).

Portanto, Singer faz essa constatação, mas afirma que o “sucesso e crescimento” do Brasil que vimos acontecer nos últimos anos, não se deve exclusivamente a influência de fatores externos, mas também a forma como o Estado, pelas mãos dos governos Lula, soube se aproveitar desse momento e realizar manobras que inserisse bem o país no cenário internacional tanto econômico, como socialmente.

O que podemos constatar é que as melhoras no cenário nacional não se colocam somente como mérito do governo local, mas fazem parte de um momento de crescimento e expansão do capitalismo enquanto sistema global. Atualmente, podemos perceber que esse novo modelo de desenvolvimento estagnou em algumas áreas, ou mesmo vem apresentando uma tendência de declínio, o que podemos observar é que os ônus crescem a cada dia para a classe trabalhadora. No entanto, pela dinamicidade da realidade e do Modo de Produção Capitalista, nenhuma realidade está dada, assim, a pesquisa segue no sentido de constatar se o modelo novo-desenvolvimentista estagnou, entrou em declínio, ou se passa apenas por um momento de turbulência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Evolución de las ideas de la CEPAL. **Revista de La Cepal**. [S.l.], Numero extraordinário, 1998. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/37962>>. Acesso em: jul de 2013.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARTINS, Carlos Eduardo; SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo. **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FURTADO, Celso. A superação do subdesenvolvimento. **Economia e Sociedade**. São Paulo, v. 37. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/>. Acesso em 02 de nov de 2014.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. In: TRASPADINI, Roberta, STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, n. 9, v. 6, p.121-141, jul-dez, 2011.

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Da Economia Política à Política Econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, n. 4 (124), vol. 31, p. 507-527, out-dez, 2011.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de Paula; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 4 (108), p. 507-524, out-dez, 2007.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.